

Ribeirão Preto, uma modernidade *Entre Rios*¹: higiene, beleza e progresso no discurso² da metrópole do interior paulista (1902-1930)

Rodrigo Santos de Faria

Arquiteto, doutorando em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, (14) 3227-7016, krfaria@uol.com.br

Resumo

Situado entre a publicação do Código de Posturas de 1902 e a inauguração do Teatro Pedro II em 1930, o presente estudo tem como objeto as políticas urbanas que orientaram a modernização da cidade de Ribeirão Preto. Compreender os discursos da higiene e da beleza na estruturação do progresso da cidade que seus promotores definiam como a metrópole do interior, e como estas políticas estavam espacialmente delimitadas à área urbana que se expandia da Praça XV de Novembro aos limites dos córregos do Retiro e Ribeirão Preto, definindo assim uma modernização urbana restrita aos limites intra-rios: limpa, bela e rica.

Palavras-chave: Ribeirão Preto; políticas urbanas; modernização

Embelezamentos urbanos: consolidação estética da modernidade intra-rios

¹ *Entre Rios* foi uma das denominações oficiais da cidade de Ribeirão Preto, definida pela Lei Provincial nº 34, de 07 de abril de 1879. O nome Ribeirão Preto é retomado em 30 de junho de 1881, pela Lei Provincial nº 99.

² A noção de discurso está aqui definida na perspectiva Foucaultiana, em "A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970" (FOUCAULT, 2003). Nesse sentido, discurso como práticas discursivas que instituem uma realidade em que pensamento e ação são indissociáveis.

³ Maria Stella Bresciani, em estudo relativo aos melhoramentos em São Paulo, fala da existência de três registros de linguagem: especializada, culta e vernacular. Na documentação trabalhada no pre-

Na orientação das políticas urbanas municipais na cidade de Ribeirão Preto - na medida em que surgem no discurso da construção da *metrópole do interior* - os embelezamentos urbanos são não somente incorporados pela população em geral, mas, também, cobrados como de responsabilidade muito mais da própria sociedade que dos poderes públicos³; uma vez que a parte da responsabilidade da municipalidade estava sendo implementada através do ajardinamento de praças, edifícios públicos já construídos e aqueles que seriam edificadas, como o Palácio Rio Branco, em 1917⁴. Na outra ponta das responsabilidades, dos municípios, recaíam as obrigações com as edificações particulares, residenciais ou comerciais.

A preocupação com a qualidade, técnica e estética, dessas edificações, as já existentes e as novas edificações, seria motivo de argumentação severa em relação aos problemas que essas construções

representavam para a cidade; em artigo sobre "Prédios Velhos", publicado na imprensa local, essa crítica fica evidente: *"Por entre as belas que já se destacam do conjunto imponente que apresenta o aspecto geral da cidade, notam-se às vezes, aqui e ali, como manchas encardidas de cousas velhas e arcaicas, algumas casinhas a enfeierem o bello panorama. Não se poderia desmanchar essas velharias sujas para limpar a cidade, ao menos nas ruas centrais? As vezes entre cosas de bonita architectura, pintadas de novo, numa limpeza de encantar, o olhar do curioso sente-se de repente ferido pela ruína nauseante de um casebre sujo, sem coliza pelas paredes, sem tinta pelas portaladas denotando na geringonça desarticulada de suas juntas um espécie de andaime perigoso amarrado aos flancos dos bons prédios. É preciso uma reforma nesse sentido, reforma que renderá não só benefícios da esthética, mas também da Hygiene."*⁵ A reclamação é, portanto, taxativa: *"Não se poderia desmanchar essas velharias sujas para limpar a cidade, ao menos nas ruas centrais?"*

sente estudo sobre a cidade de Ribeirão Preto, a maior parte da documentação é de caráter oficial, ou seja, aquela produzida pelo poder público municipal, ou produzida na imprensa escrita em geral. Nesse sentido, estariam caracterizados os dois primeiros registros lingüísticos: “a fala dos especialistas” e a “linguagem culta”. (BRESCIANI, 2001).

⁴ O Código de Posturas de 1902 faz uma referência direta à questão dos embelezamentos urbanos. Em seu Art. 30, Capítulo II: “A Câmara Municipal, pelos seus agentes, fiscalizará toda a obra, construções e edificações que for dentro do perímetro da cidade, tendo em vista velar pela fiel observância de quanto respeitar a hygiene e segurança das obras ou edificações e ao embelezamento da cidade”.

⁵ Artigo publicado no Jornal Diário da Manhã - Quinta-feira. 06/06/1907.

⁶ Entre os edifícios construídos na cidade no início do século XX, e representativo de toda a força política e social no município, está a Sede da Sociedade Recreativa de Ribeirão Preto, uma das mais requintadas e sofisticadas entre as várias Sociedades existentes. Sua sede foi construída em frente da Praça XV de Novembro, voltada para os fundos do Teatro Carlos Gomes. Todo o requinte do edifício e seus associados estão caracterizados na crônica do Jornal “A Cidade”, de 03 de janeiro de 1908, sobre o dia da sua inauguração: “Nas chronicas da nossa vida elegante, das manifestações encantadoras, do nosso espírito civilizado, a festa inaugural da Sociedade Recreativa, em noite de 31 de dezembro, se eternizará como uma página das mais coloridas, firmes do grau de adiantamento social da nossa terra. (...) Os nossos filhos, a que dizemos hoje, que houve um grupo de cavalheiros infatigáveis de denodados pioneiros da Recreativa, que souberam realizar uma das nossas mais palpitantes necessidades – um centro familiar rodeado das elegâncias da civilização e do carinho e dos affetos da sociabilidade (...) e que esses esforçados

Nessa argumentação está a concepção de um projeto urbano definido por políticas públicas delimitadas nos campos da higienização, da ordenação e do embelezamento; as duas primeiras presentes, mais peremptoriamente, no discurso de construção da cidade moderna, desde a primeira sessão da Câmara Municipal em 1874. Perpassa, ainda, na narrativa do repórter, não só a delimitação do campo teórico das ações, através das significações que cada uma das medidas de hygiene, ordem e beleza podem estabelecer, mas, também, a delimitação espacial necessária e, acima de tudo, desejada, dos programas municipais e das ações particulares.

Nas suas argumentações surgem também relações de indignação - como cidadão daquela municipalidade - estruturadas no campo biológico, fato que ocorre no seu percurso e apreensão curiosa da materialidade urbana construída: suja e desarticulada fere os olhos, e sente-se náusea diante de algumas edificações indecorosas, que perduram na cidade em ritmo intenso de modernização urbanística e arquitetônica.

Nos objetivos que orientaram as críticas, sua narrativa impõe uma relação corpórea com a cidade através de palavras cortantes e indigestas, resultando, assim, numa posição favorável à eliminação daquilo que representava a desordem e a inexistência de beleza: as ruínas edificadas em meio à boa arquitetura, esta última presente nos exemplos considerados nobres⁶.

Nesta ordem das ações, o poder público municipal também consolidaria políticas determinantes do controle das novas edificações, assim como, de eliminação das velhas e precárias construções. Situação que perduraria – como demonstram relatórios municipais dos anos de 1920 - também pela falta de recursos financeiros dos moradores, que habitavam edifícios irregulares perante as normas higiênicas, técnicas ou estéticas.

No Relatório da Intendência Municipal apresentado pelo Prefeito Joaquim Macedo Bittencourt, em 15 de janeiro de 1920, essas problemáticas das edificações na cidade surgem não somente por falta de critério ou recursos dos proprietários e construtores. Sua argumentação principia pela

avaliação da falta de um Engenheiro Municipal, que se responsabilizaria por todo tipo de construção. Dessa forma, deslocando a discussão para um campo mais amplo, ou seja, da inexistência do controle e, mais fundamentalmente ainda, da inexistência de projetos e planos que orientassem as obras. Nesse sentido, o Relatório está apontando contradições da própria estrutura administrativa e legislativa do Município.

No que diz respeito ao cargo de Engenheiro Municipal, sua falta é, de início, um não cumprimento ao que determina o Código de Posturas de 1902, definidor da necessidade de consulta ao profissional, por parte da Intendência, para a definição, aprovação e execução das obras; conforme seu Art.54, do Capítulo II “*para as construções especiais (artigo 103) ou para as obras não compreendidas neste código, o Intendente Municipal, ouvido o engenheiro, determinará quaes os documentos e esclarecimentos que devem ser apresentados pela parte.*”⁷

Ainda na argumentação do Prefeito Macedo Bittencourt, as conseqüências decorrentes da falta de um Engenheiro Municipal foram determinantes na proliferação de edificações e obras públicas, sem observância de regras mínimas estabelecidas pela legislação urbanística. Pelo relatório do Prefeito, “*coincidiu esta falta na administração publica com o grande desenvolvimento que tiveram os bairros da Villa Tibério e do Barracão, preferidos para residências dos operários e das classes menos favorecidas da sorte, onde foram construídas muitas casas, que alli ainda se encontram, fora de alinhamento das ruas, baixas sem ventilação e sem luz(...) No centro da cidade, embora não fosse tão grande o abuso, edificaram-se também prédios em más condições de hygiene, com material de péssima qualidade e sem architettura.*”

Porém, como se verifica no texto, o problema ocorrido nas áreas periféricas, “*residência dos operários e das classes menos favorecidas*”, está exclusivamente situado no campo conceitual da hygiene e da técnica, não perfazendo o discurso do Prefeito nenhuma preocupação em relação à qualidade arquitetônica das edificações. Essas normas, específicas para o interior das edificações,

trabalhadores souberam plenamente corresponder à confiança dos seus consócios inaugurando com a festa de 31, o bellissimo palacete social da Praça 15 de Novembro.” As atividades sociais após a inauguração da sede continuariam intensas: “Alguns sócios desta Sociedade promoveram para hoje á noite, no palacete, uma soirré dansante” e “Conforme noticiamos, realizou-se no Domingo nos salões do palacete da Sociedade Recreativa, a soirré extraordinária promovida por alguns sócios.” Outras sociedades seriam também constituídas em Ribeirão Preto. Conforme anúncio no Jornal A Cidade de 29 de abril de 1924, “Com grande animação realizou-se sábado ultimo, em sua sede, nos altos do Theatro Carlos Gomes, mais um sarau dançante, que a Sociedade Princesa D’Oeste, ofereceu aos seus sócios”; “Constituiu uma nota brilhante, graças ao excepcional encanto de que revestiu o magnifico baile promovido pela distinta sociedade Clube dos Democratas, e que se realizou sábado ultimo no salão do Cinema Bilac”; “Conforme noticiamos sabbado em homenagem a fundação da Sociedade Flor da Mocidade, no salão do Centro Espanhol, desta cidade, um pomposo baile, que aquella sociedade offereceu aos seus sócios.”

⁷ A necessidade do profissional Engenheiro também ocorria para questões mais simples, como as apresentadas no Art. 7º. § 1º. “Na cidade, o alinhamento e nivelamento serão requisitados ao Intendente Municipal, que mandará pelo Engenheiro Municipal, si conceder licença para a respectiva construcção ou reconstrucção.”

⁸ Nessa incorporação, pela primeira vez, desde o Código de 1889, seria transformado em norma legislativa com sessão e artigo específico no conjunto das leis urbanísticas municipais do Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, publicado em 22 de abril de 1921, e definido na SEÇÃO VI: *Da estética e estylos dos edificios e regras para as construcções*. Nesse caso, a norma ainda estaria restrita ao conjunto edificado, não fazendo nenhuma abordagem específica

estão presentes no Capítulo IV: *Das edificações em particular* – SEÇÃO I: *das habitações*, do Código de Posturas de 1902.

Suas aplicações, das mais diversas abrangências na construção dos edificios, definem dimensões internas, tipo de material, localização de equipamento e necessidade de áreas livres internas, entre várias outras. Como em seu Art. 99 do Capítulo IV, “em todos os prédios que forem construídos ou reconstruídos, destinados a habitação, serão observadas rigorosamente as prescrições hygiênicas e, além das regras geraes relativa ás edificações, guardar-se-ão as disposições seguintes: I) Todos os compartimentos ou commodos receberão ar, luz directamente, sendo para esse fim estabelecidas aberturas para o exterior e áreas descobertas no centro, em torno e nos fundos; II) As áreas, pateos, jardins e quintaes, destinados a fornecer ar e luz directamente aos aposentos occuparão um terço da área total do terreno, de modo que a construcção occupe, no máximo dois terços do terreno; VI) Todas as areas e pateos mencionados, terão calçamento impermeável de ladrilho ou cimento, disposto de modo a permitir o completo escoamento das águas; XI) As janellas terão caixilhos e bandeiras moveis ou serão providas de venesianas. Todos os dormitórios terão venesianas; XII) Os forros das salas e dormitórios deverão permitir a renovação do ar, por meio de aeríferos de três a cinco centímetros; XIII) As cozinhas serão affastadas dos aposentos e estabelecidas, de preferênci a um anexo ou puchado.

Esse mesmo Código de Posturas não entraria nas problemáticas situadas fora das necessidades higiênicas e técnicas das edificações, uma vez que, pelo seu Art. 47. § Único, “a municipalidade não poderá oppor-se a forma ou architectura do edificio, uma vez que tenham sido observadas as disposições deste artigo”.

Dessa forma, qualquer possibilidade de discussão sobre a questão estética seria abordada e cobrada pela municipalidade nas áreas em processo de modernização, aquelas situadas dentro dos limites circunscritos pelos córregos, a cidade *intra-rios*. Essa ação ocorreria através da criação da Repartição de Obras, em 1912, “que tem o cargo não só elaborar os projetos e plantas e dirigir as obras municipais,

como também fiscalizar as obras particulares”, estabelecendo um controle da arquitetura já na etapa de aprovação do projeto.

Neste objetivo maior dos poderes públicos pelo embelezamento da cidade, a fim não só do controle por meio de aprovações, mas, também, pela fiscalização na execução das obras, a Prefeitura chegaria até mesmo a desrespeitar a legislação do Código de Posturas, tendo em vista que, segundo o Relatório do Prefeito, “as posturas municipaes só estabelecem regras para a disposição interna dos prédios, deixando ao critério e gosto dos proprietários a sua architectura externa, de modo que, só desrespeitando a lei, poderia a Prefeitura deixar de approvar, por não attenderem á esthética, algumas plantas que lhes eram apresentadas.”

Ela assim o fez, e os resultados do controle estabelecido por uma estrutura administrativa que se consolidava, nas duas primeiras décadas do século XX, por meio da criação de órgãos técnicos e incorporação de profissionais ainda restrito aos Engenheiros foram alcançados. Resultado de uma imposição reguladora, também nas questões não abordadas pelas Posturas Municipais de 1902: como o próprio Relatório da Prefeitura, em 1920, “é patente a modificação que tiveram então para ca as construcções urbanas; o exame de todos os projetos, que só eram postos em execução depois de approvados, a exigência de materiais de boa qualidade, a severa fiscalização para que as plantas não fossem alteradas(...) fizeram com que as novas habitações de Ribeirão Preto offereçam agora muito melhores condições de solidez, hygiene e de conforto.”

Incorporado definitivamente ao discurso da construção da *metrópole do interior* pelos poderes públicos, os embelezamentos determinaram várias das atividades municipais até os anos de 1920⁸. Eles orientaram a maior parte das obras em execução na cidade, ou aquelas em etapa de projeto, definindo um momento de inflexão no movimento que vinha se estabelecendo, em todas as administrações anteriores, pela modernização da cidade.

Neste tempo administrativo, especificamente, findado no dia 15 de janeiro de 1920, durando, segundo o Presidente da Câmara, João Meira Junior,

dos embelezamentos de caráter urbanístico, seja pelas praças ajardinadas ou outras possibilidades situadas nas áreas livres públicas. Seria possível, não é o caso do presente trabalho, um estudo direcionado à compreensão dos significados, das suas incorporações e aplicações quando se fala em *estética*, muito mais relacionada ao conjunto arquitetônico e embelezamento, incorporada às questões urbanísticas.

⁹ Relatório do Prefeito Joaquim Macedo Bittencourt e do Presidente da Câmara João Meira Júnior, publicado em 15 de janeiro de 1920.

¹⁰ Idem, Ibidem.

¹¹ Idem, Ibidem.

¹² Idem, Ibidem.

¹³ Idem, Ibidem.

Figura 1 - Foto impressa do projeto da Estação Mogiana de Ribeirão Preto, realizada pelo escritório Ramos de Azevedo. O imponente edifício não foi construído no local e só anos mais tarde, por um projeto de Oswaldo Bratke foi edificado. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - APHRP.

nove anos, o tempo foi fundamental para que todas as obras de embelezamentos, se não concluídas, estivessem em processo de execução, pois a dimensão das obras impunha uma necessária condição de continuidade das ações, definidas por programas de melhoramentos e embelezamentos.

Por esse período, construiu-se o *“Sumptuoso Paço Municipal, em substituição ao velho pardieiro que até 1917 funcionou Câmara Municipal”*⁹, incorporando a Praça Barão do Rio Branco ao conjunto das mais importantes áreas livres da cidade. Definiu-se a construção de outro importante *“jardim de stylo moderno, de magnífico aspecto”*,¹⁰ na Praça 13 de Maio, assim como, na mesma área, a execução da *“grandiosa Cathedral aque alli se está edificando.”*¹¹ Realizou-se a completa reforma do calçamento, *“melhoramento imprescindível á beleza da cidade, á commodidade, conforto e hygiene dos seus habitantes”*¹². Adotou-se, portanto, segundo seus promotores, uma posição crítica da Prefeitura diante do *“grande erro das administrações passadas o emprego do mac-adam na pavimentação das ruas”*¹³, tendo em vista que essa tecnologia *“não satisfaz a nenhum dos fins que se procura com o calçamento de uma cidade: não evita o pó, nem a*

*lama; não facilita, antes prejudica a limpeza publica; reclama constante e dispendiosa conservação.”*¹⁴

Tudo isso, é claro, com um custo aos cofres públicos, que, embora elevando ao dobro a dívida fundada da Municipalidade¹⁵, terá a Administração *“a immarredora gratidão dos munícipes”*, por ter realizado, além dos anteriormente descritos, os *“melhoramentos ora indicados – o calçamento da cidade, a construção do matadouro “modelo” e a rectificação do córrego.”*¹⁶ Da mesma forma, ter iniciado os debates com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, para a construção do novo edifício da Estação em Ribeirão Preto, projetado pelo escritório Ramos de Azevedo. **(imagem 1)** Na mesma ordem das grandes obras que começaram a transformar o espaço visual da cidade, iniciadas pontualmente com a construção do Teatro Carlos Gomes em 1897, passando pelo edifício da Sociedade Recreativa, por essas obras implementadas nos anos de 1910, estariam direcionadas as atenções da municipalidade e sociedade, até o início da década de 1930, para a construção do *Quartirão Paulista*¹⁷. Um importante empreendimento que, assim como no caso do Teatro Carlos Gomes, foi implementado com os recursos financeiros da iniciativa



¹⁴ Segundo o Prefeito Joaquim Macedo, “a macadamização foi o processo adotado pelas administrações passadas para a pavimentação da cidade. Com exceção de um trecho da Rua General Ozório, calçado a paralelepípedos, todas as outras ruas ou tinham macadam, ou não tinham calçamento algum. Estas eram e são ainda, em grande número, porque, depois do contrato assignado pela Câmara para a pavimentação do perímetro central da cidade, muitos annos se passaram sem que se tratasse de prolongar esse melhoramento, apesar de ter a cidade augmentado muito e multiplicado as suas construcções. Quando tomamos posse dos nossos cargos havia muitas ruas já inteiramente edificadas cujos moradores reclamavam insistentemente um calçamento que os levasse do pó e da lama que nellas se formavam, e para attendel-os, foram algumas delas, em pequeno numero, macadamizadas, porque só havendo pedra-ferro no município, não se encontrava quem com ella quizesse fazer paralelepípedos e o elevado frete da estrada de ferro impedia que se mandasse buscar em outras localidades.” Tal situação das ruas da cidade ainda impregnadas pelo pó e pela lama foi motivo de crítica por parte da imprensa - nas poucas vezes que os jornais a isso se propunham - devido aos vários pedidos da população: “é um verdadeiro flagelo a poeira que, pelas ruas da cidade se levantam em verdadeiras nuvens invadindo habitações, cobrindo móveis mercadorias atacando-nos as vias respiratórias na parte mais central da cidade onde o forte do commercio tem suas melhores casas, nas Ruas General Osório, Saldanha Marinho, Duque de Caxias, Amador Bueno, etc. a passar um carro, grossa nuvem de pó faz nos lembrar os velhos tempos do Ribeirão Preto sem “macadam”. São muitas as reclamações que nos tem trasido moradores dessas ultimas ruas, especialmente negociantes de moda e armarinhos, pedindo-nos que enderecemos um pedido á Prefeitura no sentido de restabelecer-se a pratica das irrigações das ruas mais movimentadas onde o commercio

privada, no caso, não mais restritos ao capital agrário proveniente da produção de café, mas, também, do capital urbano das atividades comerciais e fundamentalmente industriais¹⁸, como a Cervejaria Paulista e Companhia Antártica, respectivamente, inauguradas em 1914 e 1911.¹⁹

Nesse sentido, numa apreensão em perspectiva da cidade - suas construções, praças e pessoas - através das palavras impressas nos relatórios e jornais, é possível compreender tal processo de transformação, pelo projeto de cidade moderna que se implementava diariamente, um projeto caracterizado pelo discurso da higiene, beleza e disciplina.

Num olhar que sobrevoa essa cidade por meio dessas mesmas palavras, pode-se absorver cada uma das suas sobreposições, cada lugar apropriado, destituído e (re)apropriado, que a modernização impôs ao ambiente urbano. Tais possibilidades de compreensão, por intermédio do discurso ideologicamente definidor da cidade moderna burguesa, a *Capital D'Oeste*, *Metrópole do Interior*, *Metrópole Comercial e Agrícola* dos anos de 1920, são também favorecidas pela incorporação de uma concepção de *progresso*, de cidade progressista, presente nos relatórios e também nos jornais. Conforme Relatório da Prefeitura, em Sessão da Câmara de 26 de abril de 1924, “*estando a cidade de Ribeirão Preto envolta no mesmo ambiente de progresso, que se vem estendendo por todas as zonas do Estado, não podia a Câmara Municipal deixar de apresentar as forças economicas do Município na cooperação desse patriótico trabalho pelo progresso do Estado. Ao lado da acção dos poderes municipais, a iniciativa particular também vem applicando seus capitães na construcção de prédios de residência, na fundação de bons edificios destinados á sede de associações importantes, de caráter comercial ou industrial, e em auxílios efficientes de assistência.*”²⁰(...) Não é fhenomeno transitório que se observa, mas a evolução natural da vida progressiva e intensa de uma rica região, onde a iniciativa particular encontra elementos de sobra para prosperar, maximé quando conjugada com a acção eficiente dos poderes públicos, pois tudo vem indicando que essa evolução econômica tende a acompanhar o impulso do progresso, incrementando-se e antecipando-se ao futuro grandioso que está reservado a esta importante metropole

agricola, commercial e industrial do Estado de São Paulo ²¹.

Nas suas argumentações pela grandiosidade do progresso municipal, o Prefeito²² também definiu um caráter territorial, um caráter temporal, e outro social desse progresso - este último, o social, representado pelos agentes que impulsionavam, ou significavam o “impulso do progresso”. Eram, respectivamente: o território estadual, em todas as suas zonas; a perenidade do processo progressista que não apresentava uma condição transitória; e, por fim, os coronéis do café e empresários do comércio e da indústria, estas duas atividades econômicas – comércio e indústria – totalmente urbanizadas.

Entre as representações do progresso, as duas últimas, a da perenidade do progresso no município e o poder político e, sobretudo econômico de fazendeiros e empresários em geral são de fundamental importância para a consolidação da cidade moderna. Já que deve existir uma interação mútua de uma condição em relação à outra, uma vez que a perenidade do progresso que caracteriza a cidade, segundo seus promotores, depende da manutenção dos agentes políticos e financeiros.

No caso do poder econômico municipal, seus mais importantes representantes eram os fazendeiros, embora, naqueles anos de 1920, Ribeirão Preto já contasse com uma diversidade de serviços urbanos, indústrias e comércios em geral²³. Dessa forma, quanto mais perene a força econômica local, menores as possibilidades de entraves no processo de modernização da cidade. Assim, maiores as condições de implementação das melhorias urbanas e de todos os trabalhos de embelezamentos, que, na concepção dos poderes públicos, eram algumas das mais importantes representações do continuado progresso municipal.

O território *Entre-Intra Rios* da modernidade

Diante dessa ordem instituída, da nova urbanidade desenhada pelo processo de modernização, a crença nesse contínuo progresso e nas forças políticas que sustentavam suas bases no município era quase inabalável, não impedindo o desenvolvimento dos

é estabelecido, por que é este efectivamente o mais prejudicado.” In: Jornal “A Cidade”, 02 de julho de 1908: “Contra o Pó”.

¹⁵ A indicação da elevação da dívida ao dobro do seu valor foi apresentada pelo Presidente da Câmara João A. Meira Junior em Sessão do dia 15 de janeiro de 1920.

¹⁶ Relatório de João Meira Júnior, Presidente da Câmara Municipal, em 15/01/1920.

¹⁷ As primeiras indicações da construção do conjunto arquitetônico denominado Quarteirão Paulista surgiram ainda na primeira metade dos anos de 1920. Conforme artigo publicado no Jornal “Diário da Manhã” em 20 de agosto de 1924, intitulado *As grandes construções - um importante prédio de três andares para o grande hotel*, “acaba de ser fechado o contracto para a construção de um vasto edifício destinado ao Grande Hotel, na Praça XV de Novembro, e cujas obras tiveram início hontem mesmo. De há muito que o progresso de Ribeirão Preto, manifestado pelos vários empreendimentos de elevada importância e pela febre de ricas construções que vêm de certo tempo embelezando, reclamara um hotel digno da grandeza de seu nome de cidade intensamente social e commercial.(...) edifício que será erguido desde o ponto que se acha actualmente o Hotel Central até a esquina da Rua Duque de Caxias e descendo até próximo á farmácia Andrade. Terá 145 quartos. Ainda pela planta vê-se que o andar térreo, para com a face da Praça 15 de Novembro. Constará de armazém, barbeiro e bar.” De acordo com Renata Alves Sunega, o “Quarteirão Paulista seria composto pelos dois novos edifícios (Theatro Pedro II e Edifício Meira Júnior) e pelo Hotel Central, construção já existente que após a reforma seria chamado de Palace Hotel, localizado nas esquinas das ruas Duque de Caxias e Álvares Cabral.” Ainda segundo Sunega, “para que os três edifícios formassem um conjunto com a mesma linguagem arquitetônica o arquiteto propôs algumas modificações no Hotel Central” (SUNEGA, 2003.p.101).

trabalhos em andamento, mesmo em tempos de dificuldades. Conforme o próprio Prefeito João Guião, “apesar dos tristes sucessos ocorridos na capital durante o mez de julho e que afectaram todo o interior do Estado, Ribeirão Preto poudes manter-se numa attitude relativamente calma graças as providencias que a criteriosa direcção política local e os poderes publicos municipais souberam determinar.(...) De dia para dia ella vai se esta belecendo e augmentando as suas construcções, alargando o seu perimetro.(...) São as exigências do progresso que reclamam calçamentos novos, mais lâmpadas de illuminação, maior alargamento da rede de canalização de águas e exgottos, maior âmbito para os serviços de limpeza pública.(...) Nestas condições iniciou-se o novo exercício com melhores auspícios, sendo de se esperar que o notável progresso da cidade, continuando a se expandir, venha trazer maiores recursos á administração municipal.” ²⁴

Todo esse conjunto de obras que desde antanho estavam presentes nos programas municipais, e que agora davam suporte material ao progresso municipal, representavam, segundo a própria prefeitura, duas ações sobre o território: *limpeza e embelezamento da cidade*.²⁵ E nesses anos de 1920 os trabalhos de embelezamento estavam direcionados para as principais praças públicas da cidade, que já em fins do século XIX não mais se caracterizavam como vazios, mas, passavam por um processo de ajardinamento decorativo em todas as suas dimensões. Um processo, comum também a Ribeirão Preto, que aos poucos vai recebendo importância nos programas municipais, uma vez que, “além dos jardins comuns, raros e criados apenas nas cidades principais, a imagem urbana desconhecia árvores e canteiros nas vias e nos largos” (MARX, 1980.p.67), como era o caso do Largo da Igreja Matriz. Ainda segundo Murillo Marx, somente “bem depois da criação dos primeiros jardins públicos, e coincidindo com a difusão pelas povoações de porte menor e interioranas, começaram os cuidados em arborizar e em ajardinar os logradouros existente ou os que iam surgindo. As ruas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais. E o sucesso dessa transformação foi tal, que logo se perdeu a noção das peculiaridades

diferentes de uma praça e de um jardim (...) Basta ver imagens, conhecer depoimentos e ou consultar os projetos dos setores, objeto de reforma urbanística no início do século, para saber da importância atribuída à vegetação na composição urbana”.

Na cidade Ribeirão Preto eram quatro as principais praças, ou melhor, os jardins públicos, todos localizados na região central. A mais importante e caracteristicamente burguesa delas era a Praça XV de Novembro (**Imagem 2**).

Da sua origem como Largo da Igreja Matriz, daquela cidade ainda empoeirada que era São Sebastião do Ribeirão Preto, ela vai sofrendo uma série de pequenas intervenções, como a realizada pelo advogado Augusto Loyola, porém, em apenas uma parte de toda sua extensão. Sua importância no contexto urbano de Ribeirão Preto está também revelada no discurso visual de um conjunto de fotografias, impressas ou não, que evidenciam, pelo olhar do fotógrafo, a própria modernidade urbana, que se implementava diariamente por meio dos melhoramentos e embelezamentos definidos no jogo das forças políticas e econômicas da cidade.

É em sua espacialidade – a Praça XV de Novembro – que a cidade mais se sobrepõe em camadas de resíduos materiais, num tempo contínuo de intervenções urbanísticas e arquitetônicas, apropriada e transformada também por uma rede de sociabilidade diversa, implementada em sua integridade na administração do Prefeito João Rodrigues Guião, pelas suas próprias palavras impressas no Relatório de 15 de janeiro de 1926: “*esse jardim, com sua profusa, bem distribuída e artistica illuminação, as linhas irreprehensíveis de suas ruas, o verde maravilhoso de seu grammado, é sem contestação o orgulho da cidade e uma das mais bellas praças do Estado de São Paulo*”.

Nessa lógica artística e irreprehensível, a Praça XV de Novembro é a representação definidora do discurso da higiene que sua arborização estabelecia; a representação do discurso da beleza que seus jardins e edifícios do entorno promoviam; a representação da disciplina exigida nos padrões sociais burgueses (**Imagem 3**).



Figura 2 - Praça XV de Novembro já totalmente urbanizada, ajardinada, definida por sinuosos caminhos entre rasteiras vegetações. A imagem foi realizada no início dos anos de 1920, pois não aparece ainda o segundo grande Teatro: o Pedro II. O ambiente quase noturno, com poucos raios de sol ao céu, faz da imagem um contraste de tonalidades raras nas imagens de Ribeirão Preto. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - APhRP

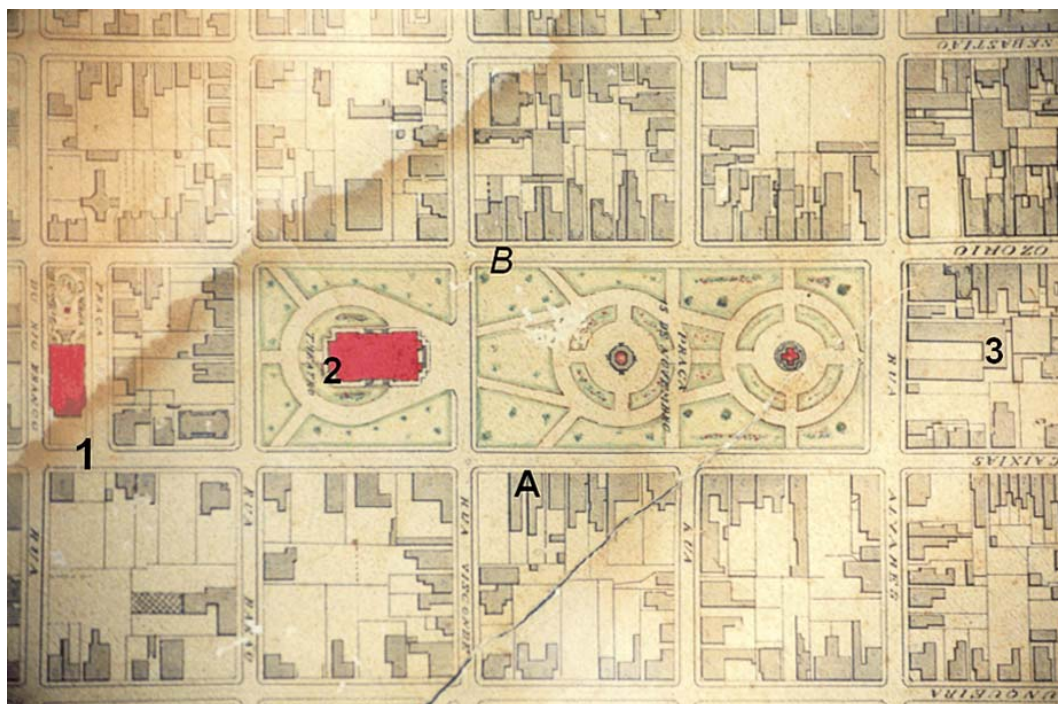


Figura 3 - Nesse mapa da cidade, o projeto da Praça XV de Novembro está definido. Nessa época - posterior ao ano de 1917, em função da existência do Paço Municipal: Palácio Rio Branco - o Teatro Carlos Gomes domina toda a paisagem. No desenho, o edifício da Igreja Matriz já não está mais presente, e todo o espaço já está ajardinado. Porém, o conjunto de edifícios que formarão o Quarteirão Paulista, não estão construídos, e o Teatro Pedro II ocupará o lugar do Hotel Central.

1 - Palácio Rio Branco e Praça Rio Branco;
2 - Teatro Carlos Gomes;
3 - Hotel Central;
A - Rua Duque de Caxias;
B - Rua General Osório.
Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

¹⁸ Segundo Registros da própria Câmara Municipal, uma das primeiras cervejarias instaladas em Ribeirão Preto foi a Cervejaria Livi & Bertoldi. Consta em recente publicação da Câmara Municipal de Ribeirão (2001), uma fotografia do ano de 1901.

¹⁹ Segundo Renata Sunega, "o projeto do Quarteirão Paulista surgiu da vontade da Companhia Cervejaria Paulista de construir, na área mais nobre da cidade, no entorno da Praça XV de Novembro dois edifícios, um Theatro de Ópera e um edifício que comportaria uma confeitaria e escritórios" (SUNEGA, 2003.p.99).

Figura 4 - Vista da área do Córrego Ribeirão Preto, totalmente canalizado na área urbana do município. Ao fundo, imagem de parte do bairro Vila Tibério e da Vila Virgínia. A região também já tinha suas praças ajardinadas, transformando substancialmente uma região que foi bastante problemática do ponto de vista da salubridade pública. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - APHRP.

Seus espaços, definidos pelo arruamento que desenha em seu interior os acessos conscientemente organizados, pela ordem e pelo controle, impunham aquela disciplina caracteristicamente repressiva. Espaço qualificado pela segregação social, que estabelecia lugares apropriados em função do grupo social a que se pertencia, era o cenário ideal e idealizado pela burguesia para sua atuação cotidiana, estritamente associada ao progresso municipal como representação da sua própria ação.

Outra praça importante no projeto de cidade que os poderes públicos definiram como objetivo, a Praça da Estação, *"que era a vergonha da cidade transformou-se num parque encantador com seu soberbo grammado e esplendidos passeios de mosaicos de côr, as artísticas balaustradas de cimento que margeiam o Rio no extremo da praça sobre ao quaes, em esbeltos suportes de ferro, se ostentam belos globos de luz electrica."*²⁶

Em toda sua grande área banhada pelas águas do córrego Ribeirão Preto, numa região da cidade ocupada por galpões comerciais, por indústrias como as Companhias Cervejarias Antártica e Paulista, a Praça da Estação era significação máxima da modernidade: a circulação. Dava-se a circulação de

trens que partiam para a capital do estado e porto de Santos, com a produção agrícola; de pessoas em trânsito até as Minas Gerais; de imigrantes e aventureiros que ao Ribeirão Preto aportavam na crença da sua inserção naquele proclamado contínuo progresso propagado pela elite dominante; de produtos importados da Europa *belle époque* para satisfazer os desejos dessa mesma elite agrária, e, nesses anos finais da década de 1920, também comercial e industrial.

Enfim, sobre sua área, desenhada pela irregularidade da natureza através do Córrego, e alinhada pela ordem cartesiana da técnica -da Engenharia e do Urbanismo-, com os trilhos da ferrovia e canalização do córrego, a Praça da Estação era o limite territorial, simbólico e ideológico da cidade burguesa (**Imagem 4**). Nela, se construiu o imponente edifício projetado por Ramos de Azevedo, com a mesma força espacial da estação na capital, arquitetura e urbanismo, realizariam seus papéis. O primeiro não se materializou, no caso o edifício da estação, ficando a Companhia Mogiana instalada no mesmo edifício. Porém, a questão urbanística-sanitária continuaria definindo ações e orientando a implementação de uma nova cidade.



²⁰ Em relação aos edifícios construídos pela iniciativa privada ou instituições financeiras, o relatório faz as seguintes observações: "Um dos factos demonstrativos desse progresso verificou-se no crescente numero de prédios novos e novos edifícios de architectura moderna, que tem sido construído na zona urbana", assim como, "é digno de registro o exemplo dado pelos Bancos da Capi-

Figura 5 - Fotografia do Teatro Pedro II e Edifício de Escritórios Meira Júnior. Nessa fotografia o conjunto arquitetônico *Quarteirão Paulista* já está concluído. O edifício de escritório está ao lado do Teatro. Nessa época, a Praça XV de Novembro organiza o espaço entre os dois Teatros - Carlos Gomes e Pedro II. Aquele imenso Largo de Chão batido dos anos de 1850, dá lugar a essa época, ao grande jardim público pontuado pelos dois imponentes edifícios e o conjunto de residências que contornam todo o perímetro da grande Praça burguesa. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

As duas outras praças, situadas fora do grande eixo alinhado entre a Praça XV de Novembro e a Praça da Estação, assumiriam um caráter mais higienizador do ambiente, com áreas ocupadas por vegetação de grande porte plantada pela municipalidade. Seriam elas, a Praça 13 de Maio, que definiu todo o entorno do edifício da Catedral, na mesma localização do segundo cemitério, e a Praça Aureliano de Gusmão, *"que já se acha cercada de muro com tela de arame e preparada para receber as plantações que devem transformar aquella praça num bello logradouro ajardinado e arborizado"*, e está localizada na mesma região do terceiro cemitério municipal. Uma região ainda considerada afastada do centro da cidade, considerando-se que toda a estrutura de serviços, comércio e transportes estava localizada na direção oposta à sua implantação, mas que, aos poucos, consolidava-se também como uma importante área de expansão urbana, visto que, *"nos ultimos annos foram construidas casas de excellente aspecto na Praça e suas imediações, pelo que não era possivel protelar a Prefeitura o seu ajardinamento, reclamado desde muito pelos moradores, e porque se empunha como complemento do plano de ajardinamento da cidade."*²⁷

O tom otimista do discurso oficial, no seu papel executivo e coordenador de cada uma dessas intervenções realizadas na cidade, perduraria nesses últimos anos da década de 1920, até a construção do mais imponente conjunto arquitetônico da cidade. Um conjunto formado pelo Teatro Pedro II, com sua implantação central na quadra frontal à Praça XV de Novembro, e os dois outros, o Edifício Meira Júnior e o Palace Hotel, ambos constituindo-se como uma moldura ao grandioso teatro eclético de planta oval, projetado pelo arquiteto Hippolyto Pujol.

Com sua inauguração, em 8 de outubro de 1930, o cenário estaria finalmente completo²⁸. **(Imagem 5)** A grande Praça XV de Novembro, local das apresentações das bandas de música da cidade, dos passeios dominicais das famílias civilizadas em seus jardins ornamentados, transformar-se-ia nesse momento num imenso átrio. Situação estabelecida no sentido de grande sala central, de distribuição da circulação; porém, não mais em um só edifício, mas em duas monumentais arquiteturas implantadas diametralmente opostas, ou seja, Teatro Carlos Gomes e Theatro Pedro II. Contornando



tal, que dotaram suas agências locais de confortáveis e elegantes edifícios, que honram a cidade. Ao lado do bello sobrado, anteriormente construído pelo Banco Francez e Italiano pela América do Sul, onde funciona sua agência, foi inaugurado em princípios de novembro o lindo edifício da agência do Banco do Commercio e Industria de São Paulo. Igualmente o Banco do Brasil e o Banco de São Paulo estão a concluir as construções destinadas as suas respectivas agências, concorrendo desta forma para dotarem a cidade de importantes edifícios no incremento progressivo deste rico município.” Relatório da Prefeitura apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no dia 26 de abril de 1924.

²¹ Essa identificação da cidade, como não somente uma metrópole comercial e agrária, mas também industrial, ocorre principalmente pela criação da Indústria Metalúrgica de Ribeirão Preto, criada pelo Engenheiro Flávio de Mendonça Uchoa. A importância dessa atividade pode ser evidenciada pela visita de estudantes de Engenharia da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, que vieram fazer uma viagem de estudos na cidade. Impressões dessa visita foram publicadas no Jornal “Diário da Manhã” de 26 de maio de 1923: “Recebidos pelo dr. Flávio Uchoa, diretor-gerente da Companhia, que nos acompanhou durante toda a visita, com mais alguns engenheiros entre os quaes um distincto ex-alumno da Escola de Minas, percorremos detalhadamente todos os compartimentos e instalações da Metallurgica.(...) Ao voltarmos para a cidade depois d’essa adu-cativa jornada, imaginamos o futuro extraordinário necessariamente aguarda, a Metallurgica de Ribeirão Preto; víamos nossas lucubrações a Metallurgica como um espécie de Ezina Krupp, mas de engenhos de paz e de trabalho, produzindo milhares de toneladas de ferro e aço para as nossas machinas agrícolas, industrias e de transportes.”

²² O Prefeito Municipal nessa época é João Rodrigues Guião.

²³ Nesse período já não se pode pensar na existência de

essa rara conformação arquitetônico-urbanística organizada pelo trinômio teatro-praça-teatro, estavam os palacetes daqueles que, ao se locupletar com lucros provenientes de tudo que envolvia a atividade agrária cafeeira e comercial desde finais do século XIX, não mais poderiam perder o espetáculo urbano do progresso e da modernidade.

Uma situação também evidente, anos antes da inauguração do Teatro Pedro II, no discurso do Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Camillo de Moraes Mattos, em 15 de janeiro de 1928: “(...) *o Município de Ribeirão Preto é incontestavelmente dos mais importantes do prospero Estado de São Paulo. Ribeirão Preto é hoje um Município florescente, prospero e adeantado sob todos os pontos de vista. As lavouras cafeeiras que florescem em milhões de árvores no nosso solo uberrimo constituem a maior riqueza do Brasil. Todos os visitantes illustres que chegam ao Brasil se dirigem imediatamente ao Estado de São Paulo, em visita ás cidade de maior vulto, e é o caso de dizer que Ribeirão Preto é uma das primeiras cidades visitadas. O desenvolvimento do seu commercio, a harmonia, a paz e a ordem reinantes em todas as classes sociais, tornam a cidade de Ribeirão Preto um dos centros mais civilizados do Estado de São Paulo. Razões outras existem e que se tornam desnecessárias enumerar, contribuindo para a importancia e sempre proclamada da Cidade de Ribeirão Preto.*

Essa fúria otimista e construtiva assumida pelos poderes públicos municipais apresentava-se inadvertidamente despreocupada com as crises que a atividade cafeeira constantemente vinha sofrendo, e o que isso poderia acarretar para a economia urbana. Não que os recursos econômicos da municipalidade fossem provenientes exclusivamente da atividade agrária, mas, muito ao contrário, a maior parte dos recursos advindos, por exemplo, de impostos, eram das atividades comerciais e de serviços sediados na cidade. Obviamente, serviços que ainda giravam em torno do que a produção agrícola municipal e também regional representavam. Como exemplo, pode-se destacar a circulação de pessoas e produtos, entre outros, que tinham no município de Ribeirão Preto um caráter centralizador e articulador, numa escala até mesmo interestadual, e a ferrovia como instrumento dessa

articulação, fundamental na consolidação da importância do município para toda a região.

Diante dessa situação, os abalos que a atividade agrícola cafeeira sofria poderiam significar uma diminuição da circulação de capital em outras atividades em desenvolvimento na cidade: hotéis, bares, cabarés, teatros, cinemas e restaurantes. Isso para se pensar somente nas atividades de turismo e diversão, que poderiam envolver a circulação de pessoas, não só da cidade, mas, também, de outras regiões que faziam uso dessas atividades. Nesse sentido afirmamos, peremptoriamente, que os estudos sobre a cidade de Ribeirão Preto não podem mais se amarrar à justificativa do desenvolvimento urbano local por meio exclusivo da atividade agrária. Essa opção teórica determina de imediato um erro de interpretação dos fatos e, mais ainda, de incapacidade de compreender a cidade, para além da mesma visão dos seus promotores, sejam os coronéis, ricos empresários e políticos; e cada um desses com seus discursos eloqüentes em defesa do progresso material, da pujança comercial e social generalizados.

No processo de urbanização municipal, muito bem definido para áreas que interessavam a esses promotores, outros agentes também tiveram papel fundamental no projeto de modernização. Estavam, é claro, muito bem alinhados ao discurso oficial, não oferecendo nenhuma oposição ao processo de construção da cidade moderna. Nem mesmo os problemas enfrentados pela cidade no ano de 1927, como a primeira grande enchente, ocorrida na madrugada do dia 07 de março, diminuiriam o ritmo das ações municipais. Esse acontecimento provocou prejuízos a comerciantes, destruiu obras realizadas pela prefeitura, assim como bairros populares, entre eles o Bairro República, que, segundo o Prefeito Martimiano da Silva, *foi o mais castigado. Os seus habitantes, na maioria pobres e operarios, tiveram os seus lares invadidos pela agua e viram destruidos quasi todos os seus móveis. A parte urbana, entre as ruas José Bonifácio e Jeronymo Gonçalves, também fou enormemente prejudicada. O commercio daquela parte da cidade soffreu sérios e avultados prejuízos. O Mercado Municipal, invadido pelas aguas, também soffreu grandemente, e seus inquilinos se viram rudemente prejudicados.*” ²⁹ (Imagem 6).



Figura 6 - A enchente do Ribeirão Preto devastando a Rua General Osório. Na imagem, ao fim da perspectiva da rua, o edifício da Estação de trens.

Uma situação que é recorrente ainda no início do século XXI, não sendo tomada nenhuma medida eficaz pelo poder público. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - APHRP.

uma elite econômica exclusivamente vinculada à produção agrícola, ou uma “burguesia agrária”, que aos poucos tornava-se urbana, mas, também, de forças econômicas que estão relacionadas com as atividades comerciais, industriais e serviços, assim como profissionais liberais que adquiriram força política no município. Nesse sentido pode-se pensar numa “burguesia urbana”, que se estabeleceu diretamente na cidade.

²⁴ Relatório da Prefeitura correspondente ao exercício de 1924, apresentado à Câmara Municipal, em Sessão de 15 de abril de 1925, pelo Prefeito Municipal João Rodrigues Guião.

Nessa ordem dos fatores, acima de qualquer possível interferência no processo em curso desde os anos de 1874, continuar-se-iam as grandes obras na cidade. Entre elas, uma que envolvia não somente enormes quantidades de recursos, mas, também, de operários e profunda alteração na estrutura física da cidade, era a Avenida do Café. Ocupando toda a extensão do Córrego do Retiro na área urbana do Município, cabia à Prefeitura fazer o aterro dos brejos que margeiam o córrego do Retiro, assim como o calçamento e a arborização.

A compreensão da importância dessa obra surge no discurso oficial, repleta de imagens positivas, sugerindo exclusivamente o acerto da sua realização, tanto do ponto de vista técnico quanto estético. Pelo Relatório do exercício de 1929, apresentado pelo Prefeito Municipal Joaquim Camillo de Moraes Mattos, “a Avenida do Café, que será em breve uma das mais belas do Estado de São Paulo, já está com os aterros das ruas quasi concluídos. As pontes sobre o corrego do Retiro estão igualmente quasi todas concluídas. As balastradas adeantadíssimas. Os canaes dos dois corregos, completamente ultimados, já recebem as águas. Diversas construções estão iniciadas na Avenida do Café.

A iniciativa particular em Ribeirão Preto caminha pari-passu com o poder público. Breve novas construções virão concorrer para o embelezamento da nossa cidade.

Em oposição a esse espasmo de otimismo que dominava o cenário municipal, uma primeira avaliação sobre a crise vigente começaria a mudar esse discurso otimista na cidade progressista somente no início do ano de 1930. Isso ocorreria mediante o Relatório da Prefeitura no exercício anual de 1929, sobre a mais séria crise do café e queda das bolsas de valores, em especial a de New York. Ela surge, como um ponto de inflexão, definidora de novos rumos na economia e na vida urbana, que vinham se estabelecendo na cidade, não sendo, portanto, um fato isolado. Tal condição é, em verdade, ápice de uma séria crise da atividade agrícola cafeeira desde o início das décadas de 1910 e 1920.

Contudo, surge no próprio discurso oficial como a grande, e até mesmo única responsável pela alteração nos rumos do progresso municipal, não se fazendo nenhuma menção, nos relatórios de prefeitos, sobre as dificuldades do setor agrário nos anos anteriores. Credita-se a esse evento, em específico, todos os

²⁵ Pelo Relatório do exercício de 1925, apresentado em sessão da Câmara Municipal, em 15 de janeiro de 1926, pelo Prefeito João Rodrigues Guião, “o programa administrativo que tínhamos em vista realizar no desempenho de nossos deveres de representantes do povo de Ribeirão Preto(...) nos seus pontos fundamentais, podia ser simbolizado em duas expressões: limpeza e embelezamento da cidade”.

²⁶ Relatório do Prefeito João Rodrigues Guião, apresentado em 15 de janeiro de 1926.

²⁷ Essa constatação foi descrita no Relatório apresentado pelo Prefeito Municipal José Martimiano da Silva, no dia 15 de janeiro de 1927, referente ao exercício de 1926. No mesmo documento o Prefeito indica a inauguração, no dia 20 de dezembro de 1926, do Parque Aureliano de Gusmão, antigo Largo 7 de Setembro. “Os serviços foram iniciados em 1925, na administração anterior. Foi feito o calçamento de todos os quarteirões que circundam o parque e está quase concluído o calçamento dos respectivos passeios. Esse melhoramento muito contribui para o embelezamento e Higiene da cidade, valorizando ao mesmo tempo uma de suas vastas e prosperas zonas”. No texto fica claro que a Praça Aureliano de Gusmão tem muito mais um caráter de bosque, ou parque, como foi mencionado. Outro fato importante é a indicação da existência de um plano ordenador, no caso, um plano de ajardinamento. Essa concepção de plano também foi abordada na administração do Prefeito João Rodrigues Guião, no exercício de 1924, para o calçamento da cidade. Como indica o Relatório do ano de 1924 a prefeitura promoveu a Criação de um Fundo de Calçamento: Lei 275, de 18 de maio de 1923, que “criou o Fundo Especial de 200 contos durante o prazo de 5 anos para prover às despesas do calçamento a paralelepípedos.” No ano de 1926, o Prefeito José Martimiano da Silva elabora uma alteração do Fundo, pela Lei 318, de 28 de outubro de 1926, criando também o Fundo Especial de Calçamento, mas de 300:000\$000. Sua justificativa para tal ampliação

problemas de ordem social, econômica e material que assolariam a municipalidade dos anos de 1930 em diante. Conforme o Relatório do Prefeito Joaquim Camillo de Matos, apresentado em 15 de janeiro de 1930, *“Ribeirão Preto, que é incontestavelmente, uma das mais bella e ricas cidades do Estado de São Paulo, não pode escapar aos efeitos da grande crise que perpassa por todos os paizes e principalmente pelos Estados em que maior é a actividade humana e mais elevada a riqueza particular. O organismo social, da mesma forma que o organismo humano, soffre desequilibrios e crises, acarretando momentos de paralyzação e de inercia, mesmo nas actividades, quando não acarreta males mais graves e de mais difficil remedio. Ribeirão Preto, centro de grandes negocios, a capital do café, deveria soffrer como soffre, alterações na sua vida economica, alterações estas que acarretam a paralyzação do seu vertiginoso progresso, diminuiram os serviços de embelezamento e se reflectiram, principalmente, nas finanças municipaes, na perte relativa á arrecadação.”*

Apesar da constatação das enormes dificuldades que a municipalidade enfrentava, no mesmo documento apresentado pelo prefeito, continuariam a execução das obras em andamento e a elaboração de novos melhoramentos na cidade de Ribeirão Preto. Segundo o Prefeito, *“a grandeza, o progresso e o desenvolvimento de Ribeirão Preto, não cesso de proclamar, são o resultado de administrações que, sem solução de continuidade, realisam o mesmo plano administrativo.”*

Nessa certeza, quantias que ultrapassavam os 700:000\$000 em obras consideradas de *“absoluta necessidade”* continuariam sendo aplicadas pelo poder público nos programas de melhorias urbanas, sendo que, nesses anos de 1920, *“o mais importante delles era sem dúvida o do embelezamento da cidade”*, como já tinha afirmado João Rodrigues Guião, em 1926. O próprio João Rodrigues Guião apresentaria a mais bem definida das metas que orientaram todas as administrações municipais na cidade de Ribeirão Preto: *“era mister preparar o soberbo cenário dentro do qual as forças progressistas e latentes de Ribeirão Preto pudessem operar a maravilhosa transformação da antiga, desgraciosa e empoeirada povoação que surgira nos sertões do Oeste cafeeiro, na esplendida,*

confortável e grande cidade que é hoje Ribeirão Preto” (imagem 7). Essa cidade foi efetivamente construída, conscientemente articulada pela elite econômica e política, segundo o discurso do progresso e da modernidade. Foram definidos programas que higienizariam os corpos doentes e os espaços degradados, embelezariam aquele conjunto edificado rudimentar e rural, e suas áreas livres de chão batido. Da mesma forma, disciplinariam pela ordem, tanto técnica quanto social, a barbárie humana que habitava aqueles empoeirados rincões, assim como os trabalhadores rurais que migraram para a cidade, assumindo uma nova condição, a de operários, vendedores, ambulantes e trabalhadores braçais em geral. Pessoas que para a cidade se transferiram, induzidas pelas oportunidades de trabalho que surgiam, e pelas imagens do progresso da metrópole do interior, construídas textualmente e iconograficamente pela imprensa e poderes públicos. No caso da imprensa, por meio de jornais locais, assim como, revistas e almanaques publicados no Brasil e também na Europa.

Numa ação claramente propagandística do progresso municipal, tais publicações³⁰ articulavam - nas suas edições dedicadas à cidade de Ribeirão Preto - textos e imagens, tornando-as instrumento de legitimação das ações da municipalidade e, portanto, das melhorias implementadas, assim como do desenvolvimento econômico da cidade. Uma intenção definida e muito objetiva de construir e propagar uma imagem de cidade moderna, nas principais concepções que essa modernidade urbana deveria representar: higiene, beleza e disciplina. E essa intenção propagandística já se anunciava na capa de uma dessas publicações. Numa edição exclusiva sobre a cidade, a Revista “BRAZIL MAGAZINE”, publicada em português e francês, evidencia seu objetivo por meio do título da edição: *Ribeirão Preto – Le Pays du Café*.³¹

Publicada em Paris no ano de 1911, portanto, na transição da gestão do Prefeito Veiga Miranda para os longos nove anos do Prefeito Macedo Bittencourt, a revista procura construir uma imagem de cidade que não apresenta nenhum problema urbano: *“Cortada de bellas ruas, e largas avenidas, calçadas e betumadas, bordadas de construcções particulares e estabelecimentos de commercio, fortemente illuminada a electricidade e com abundante serviço*



Figura 7 - Imagem da Rua General Osório no início dos anos de 1930. Nessa época os programas de melhorias urbanas estão consolidados na área central da cidade. Caracteristicamente comercial e residencial, a Rua General Osório é o mais importante eixo viário da cidade, e nesse ponto, com a Praça XV de Novembro à frente das edificações, sua parte mais nobre. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - APHRP. Fotografia: Foto Sport.

ção das verbas do referido fundo ocorre, uma vez que “a cidade, pelo seu adiantamento material, pelas inúmeras construções modernas que dia a dia avultam, pelo seu grau de civilização, reclamava e reclama um perfeito serviço de calçamento das vias públicas.” Entretanto a noção de plano não trabalha na escala da cidade ou município, ficando restrito a algum tipo de ação pontual, como calçamento ou ajardinamento.

²⁸ Segundo Renata Sunega, “a inauguração do Theatro Pedro II ocorre com o filme “Alvorada do Amor”, com Maurice Chevalier e Jeannette Mac Donald. O Dr. Meira

de agua potavel, Ribeirão – Preto é um grande centro urbano, beneficiando de todo o confortavel material da vida e de todos os praseres da civilização moderna (...) D’entre as construcções officiaes se destacam a Camara Municipal, o mercado público, a bibliotheca, o admiravel grupo escolar que se impoem pela sua bellesa architectural e o moderno hospital de isolamento que com outros postos do serviço de hygiene attestam as previdentes disposições officiaes pela salubridade publica.”³²

Esse mesmo discurso circunscrito nas *benesses* do progresso que caracterizava a cidade, também surge em outras publicações, como no “Almanach Illustrado de Ribeirão Preto”, na sua edição de 1913.³³ Numa abordagem mais específica sobre algumas edificações públicas construídas na cidade, o “Almanach Illustrado” enfatiza suas características arquitetônicas: “O Theatro Carlos Gomes é um dos mais primorosos do Estado de São Paulo. Segundo se affirma, esse theatro era o primeiro do Estado antes da inauguração do Municipal, da Paulicéia (...) Dentre as construcções de mais valor são dignas de nota: A colossal cathedral, que representa um titulo de gloria para Ribeirão Preto; Egreja São José, cujas pinturas do tecto são be-

lissimas; Mercado Municipal, que é um dos melhores do Estado; Fabrica da Companhia Antarctica Paulista, que é incontestavelmente um edificio de aprimorada arte.”³⁴ Da mesma forma que as anteriores, a publicação “O Municipio e a Cidade de Ribeirão Preto na Comemoração do 1º Centenário da Independencia Nacional (1822-1922)” define seu discurso da grandiosidade, apontando para os melhoramentos urbanos implementados, principalmente na gestão do Prefeito João Rodrigues Guião, organizador da publicação. Segundo Guião, numa citação que fez de Julio Brandão Sobrinho, Ribeirão Preto “é o municipio colosso, na linguagem de todos, é o rendez-vous dos estrangeiros porquanto, quem vem a S. Paulo e não vem a Ribeirão Preto, é como quem fosse a Roma e não visse o papa.”³⁵

E continua o próprio Prefeito a afirmar que, “se na epoca a que se refere o observador Ribeirão Preto já merecia tão lisongeiras apreciações, hoje, devido aos melhoramentos da cidade, como sejam as installações da agua e exgottos, de luz electrica, o calçamento das ruas a parallelepipedos, o maior numero de predios elegantes e confortáveis, com os serviços publicos mais desenvolvidos e cuidados, adquiriu a cidade fóros de capital.”³⁶

Júnior, em breve discurso, diz que “o Pedro II representava a expressão máxima da cultura e que entregava o edifício ao povo de Ribeirão Preto” (SUNEGA, 2003.p.110).

²⁹ Apresentado pelo Prefeito José Martimiano da Silva no Relatório da Prefeitura referente ao exercício de 1927, no dia 15 de janeiro de 1928. As enchentes, ainda no século XXI, ocorrem na cidade de Ribeirão Preto, promovendo enormes prejuízos e grande contingente de desabrigados, como a ocorrida em 2001. E, mais contundente ainda, é a atualidade das observações feitas no Relatório da Prefeitura, em 15 de janeiro de 1930, pelo Prefeito Joaquim Camillo de Moraes Mattos, sobre a enchente de 1927: “Um dos problemas serios que preocupava todas as administrações do município eram as constantes enchentes do correjo Ribeirão Preto, ocasionando a inundação do bairro da República, da rua Guataparã e da parte baixa da cidade até a Rua José Bonifácio(...) Em 1927 foi tão grande a enchente que as águas do Ribeirão Preto penetraram em habitações e armazéns, ocasionando serios prejuízos ao commercio estabelecido na avenida Jerônimo Gonçalves, rua José Bonifácio e nas ruas transversaes.”

³⁰ No caso dessas publicações, estamos fazendo referência às Revistas e Almanques.

³¹ BRAZIL MAGAZINE. Revista Periódica e Illustrada d'Arte e Actualidades, Paris: Graphica de Luxo Cussac e Chaponet, 1911. O editorial da Revista é esclarecedor das suas intenções: “Apresentando esta edição do Brazil Magazine, que traduz mais um grande esforço d'esta publicação pela propaganda do paiz, nós a consagramos toda inteira, ao bello município de Ribeirão Preto, esta inegalavel perola da corôa agricola paulista (...) grande terra do trabalho, o mais bello e glorioso exemplo, da prosperidade brasileira.”

³² BRAZIL MAGAZINE, op. cit. pp.30-31.

³³ Almancha Illustrado de Ribeirão Preto. Sá, Mania & Cia. Editores. Ribeirão Preto: Typ, do Almanach, 1913.

³⁴ Almanach Illustrado de Ribeirão Preto, op.cit.p.20

No caso da edição “Brazil Magazine” de 1911, não somente aqueles aspectos urbanísticos e arquitetônicos – este segundo aspecto também surgiu no Almanach Illustrado – da cidade de Ribeirão Preto são apresentados. Questões relacionadas com o desenvolvimento da economia urbana, também em processo de transformação, ou melhor, de passagem de uma economia estruturada nas atividades agrárias para atividades urbanas, comerciais e industriais, são levantados. Segundo a reportagem, *“O commercio tem um desenvolvimento completo e supre a vida social em todas as exigencias do viver moderno. Estabelecimentos bancarios importantes, fasem quotidianamente grandes movimentos de dinheiro(...) Ao lado da cidade e junto da estação da estrada de ferro, um bello e novo edificio chama a attenção dos viajantes. É a fábrica de cerveja da Anctartica Paulista, a poderosa brasseria de São-Paulo que não satisfeita com os dous estabelecimentos modelos que possui na capital, acaba de abrir esta importante succursal em Ribeirão-Preto.”*

Condições evidentes do contínuo processo de diversificação das forças econômicas da cidade desde o início do século XX, sobretudo com a ajuda a esse processo, que as sucessivas dificuldades do setor agrícola, durante os anos de 1910 e 1920, iriam estabelecer para o surgimento de novos modos de produção na economia capitalista municipal.³⁷ Problemas relacionados com a produção agrícola cafeeira que, segundo Rodrigues Guião, promoveu a *“baixa do café, que determinou um momento de vacillação. Afigurou-se a todos que a florescente e encantadora cidade ia ser vitima dos seus terriveis effeitos, pois quanto maior a nau, maior a tormenta; o mar de café que circundava ameaçava tragal-a num desastroso naufrágio.”*³⁸

Acompanhando aquela diversificação, ocorreu um movimento de migração de trabalhadores de outras cidades e das fazendas da região para Ribeirão Preto, fato que iria contribuir para a dinâmica econômica que essa migração de trabalhadores, associada às novas atividades produtivas, estabeleceria. Uma dinâmica social diversificada também se processava, podendo definir novas relações trabalhistas por meio de uma mão-de-obra assalariada e novas relações de convívio social nos espaços públicos consolidados ou em formação. Desta forma, e principalmente na questão econômica, a

circulação de capital não estaria mais restrita aos coronéis do café, que se encontrariam circundados por empresários, comerciantes, industriais e trabalhadores livres. Porém, numa oposição à incorporação de todos esses novos protagonistas que o jogo econômico capitalista propiciou, o mesmo trecho da reportagem define espacialmente o limite urbanizado da cidade: a fábrica de cerveja encontrava-se ao *“lado da cidade”*; assim, entre a fábrica e a cidade, o limite da natureza definido pelo córrego Ribeirão Preto e o limite da técnica determinado pela estrada de ferro. Limites que definiam uma incompatibilidade física e social entre a cidade rica, bela e salubre da cidade pobre, feia e suja; esta segunda cidade, moradia de grande parte da massa de trabalhadores, em sua maioria também pobres.

Tal incompatibilidade entre essas duas cidades deixava claro que aquelas novas relações sociais, possibilitadas pelo convívio coletivo nos espaços públicos da cidade, ou seja, nas praças e bosques, não iriam incorporar os trabalhadores, uma vez que, no imaginário burguês eram a própria representação da doença e da sujeira. Aspectos permanentemente combatidos em todos os discursos oficiais, em prol da modernização higiênica da cidade; a própria fábrica de cerveja em construção –conforme a revista- implantou-se numa situação externa à cidade. No mesmo lado da fábrica e da estação, porém, no fundo delas, naquela cidade insalubre e pobre, um conjunto em ampliação de bairros populares destituídos de infra-estrutura urbana, como o Bairro República, que seria assolado na enchente de 1927; aglomerações residenciais que não poderiam fazer parte da *“cidade do Ribeirão Preto que é hoje um modernissimo e populso centro urbano do interior do Estado de São-Paulo.”*³⁹ E se em verdade, uma metrópole moderna e progressista, restrita, porém, à burguesia local, que em toda a história municipal manipulou os programas econômicos e urbanos em benefício particular; construíram, como ainda fazem, uma cidade para poucos. Como se pronuncia no léxico urbanístico contemporâneo, uma cidade dos incluídos nas possibilidades advindas com a modernidade. Com isso, restringiram para os excluídos, social e espacialmente da cidade, as mesmas submoradias, a mesma falta de infra-estrutura urbana, como ocorre nesse início do século XXI, inviabilizando o convívio social no

³⁵ Segundo Rodrigues Guião, essa observação foi publicada no "relatório sobre a situação agrícola, industrial e comercial do 3º Distrito agronomico do Estado de S. Paulo, com séde em Ribeirão Preto, referindo-se ao movimento commercial desta cidade em 1892." (GUIÃO, 1923.p.17-20)

³⁶ Guião, op.cit.p.20

³⁷ Ainda sobre o desenvolvimento da atividade industrial em Ribeirão Preto, a publicação anual "Almanach Illustrado de Ribeirão Preto", na sua edição de 1913, faz a seguinte observação: "A indústria local está assumindo vastas proporções. São estas as principais fabricas- Fumo (fabricas e casas atacadistas); Perfumarias 2; Especialidades pharmaceuticas 3; Massas alimentares 3; Cerveja 3; Couro 1; Sabão 2 (...) Em projeto estão as seguintes: - uma de pregos, cujo predio já está concluido; uma de tecidos; tendo os organizadores requeridos favores á Camara; uma de papel."

³⁸ João Rodrigues Guião não deixa claro a que período se refere essa crise, mas, pela data da publicação, isto é, 1923, confirma-se a hipótese de uma dificuldade permanente da produção cafeeira, de modo que a importante crise de 1929 configura-se como a gota d'água crucial para a derrocada do café na região, e não como um evento exclusivo e isolado. Contudo, o próprio Guião não perde a oportunidade de enaltecer a grandiosidade da cidade que mais uma vez iria superar as dificuldades por ele levantadas. Segundo o próprio Prefeito, aquele desastroso naufrágio, "porém, não aconteceu; a cidade resistiu admiravelmente aos embates penosos desse terrível periodo de sacrificio. É que o capital basico da sua vida econômica é a boa terra, que não soffre crises por estar sempre aparelhada para alimentar a humanidade. Falhando os lucros do café o fazendeiro recorreu a outras culturas – ao algodão, á canna de assucar, aos cereaes e á industria pastoril, que lhe acudiram ao apello com compensadoras produções." (GUIÃO, op.cit.p.34)

³⁹ Revista BRAZIL MAGAZINE, op. cit.p.18.

espaço público, pela inexistência de lugares propícios a essa prática, como as praças ajardinadas da área central da cidade.

Tinham, como continuam tendo, enquanto aliado na manutenção dessa lógica, o urbanismo. Disciplina que orientou suas teorias a partir do século XIX, com a atuação dos profissionais urbanistas em suas ações definidas pela lógica da técnica, da ciência e da disciplina. Nessa ação, segundo Robert Pechman, *"o urbanismo se legitimou como saber sobre a cidade, como saber técnico-científico, independentemente de fazer vir à tona a questão da cidadania e do direito à cidade"* (PECHMAN, 2002.p.408). Nesse sentido, ainda segundo Pechman, formouse no Brasil *"um urbanismo disciplinador, normatizador, regulamentador, que faz cidades, mas não faz cidadãos"* (PECHMAN, op.cit.p.409). Entre a disciplina, a norma e o regulamento, a primeira, a ação disciplinar, surge como a questão fundamental na perenidade da ordem urbana burguesa. Ela definiu a forma como os programas de melhoramentos urbanos deveriam intervir na cidade brasileira para consolidar essa ordem, que se caracteriza também pela higiene e pela estética. Com esta mesma intenção, o poder político local definiu sua ação sobre todo o corpo social da cidade de Ribeirão Preto.

Bibliografia

BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950)", in: Palavras da Cidade. Maria Stella Bresciani (org). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, pp. 348-349.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Memória: As Legislaturas Municipais de 1874 a 2004". Ribeirão Preto, AHPRP, CMRP, SMCRP, 2001. p. 25.

CORBIN, Alain "Saberes e Odores. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX". São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

DA SILVA, Benedita Luiza. "O Rei da Noite no Eldorado Paulista: Cassoulet e os entretenimentos noturnos em Ribeirão Preto (1880-1930)". Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Unesp-Franca, 2000.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

MARX, Murillo. "Cidade Brasileira". São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980

MELLO, Zélia Cardoso de & SAES, F. A. M. "Características dos núcleos urbanos em São Paulo". Revista de Estudos Econômicos 15(2), maio/agosto de 1985. São Paulo, IPE.

PECHMAN, Robert Moses. "Cidades Estreitamente Viaggiadas: O Detetive e o Urbanista". Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PINTO, Luciana Suarez Galvão. "A Dinâmica da Economia Cafeeira de 1870 a 1930". Dissertação de Mestrado em História Econômica apresentada ao Departamento de Economia, Unesp-Araraquara, 2000.

SUNEGA, Renata Alves. "Quartier Paulista: um conjunto harmônico de edifícios monumentais". Dissertação de Mestrado em História da Arte e da Cultura do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

TUON, Liamar Izilda. "O Cotidiano Cultural em Ribeirão Preto (1880 - 1920)". Dissertação de Mestrado em História apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Unesp-Franca, 1997.

VEYNE, Paul. "Como se escreve a História". Lisboa: Edições 70, 1983.

Ribeirão Preto, uma modernidade *Entre Rios*¹: higiene, beleza e progresso no discurso² da metrópole do interior paulista (1902-1930)

Rodrigo Santos de Faria

Abstract

Comprehended between the publication of the 1902 City Council Code and the opening of the Pedro II Theater in 1930, the present study is subjected to the urban politics that orientated the modernization of the city of Ribeirão Preto. Understand the hygiene and beauty discourses upon the consolidation of the city progress which were defined by its promoters as the inner country metropolis, and as these policies were spatially limited to the urban area that was expanding from the XV de Novembro Square to the limits of the rivers, Retiro and Ribeirão Preto, defining then an urban modernization restricted to the between-rivers: clean, beautiful and rich.

Key-words: Ribeirão Preto; urban politics; modernization